

AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO ENTREMEIO DA ANÁLISE DE DISCURSO E DA ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO

THE DISCURSIVE FORMATIONS IN THE MIDDLE OF DISCOURSE ANALYSIS
AND CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS

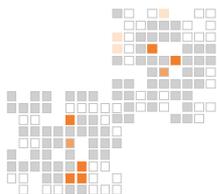
*LAS FORMACIONES DISCURSIVAS EN EL ENTREMEJO DEL ANÁLISIS DE
DISCURSO Y DEL ANÁLISIS CRÍTICO DE DISCURSO*

Ivan Bomfim

■ Docente do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS).

■ E-mail: ivanbp17@gmail.com

16



RESUMO

O presente artigo defende a noção-conceito de formação discursiva como um dispositivo metodológico que, ao engendrar as perspectivas da Análise de Discurso Francesa e da Análise Crítica de Discurso, serve à investigação do discurso jornalístico. Mobilizando conceitos de autores como Pêcheux (1975; 1997), Van Dijk (2001; 2005) e Benetti (2007; 2008), empreende-se investigação sobre as formações discursivas que conformam a cobertura do portal Veja sobre a crise política de Honduras, em 2009.

PALAVRAS-CHAVE: FORMAÇÕES DISCURSIVAS; JORNALISMO E DISCURSO; ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO; ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA.

ABSTRACT

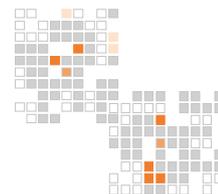
In this article, I advocate the notion-concept of discursive formation as a methodological device that, by engendering the perspectives of French Discourse Analysis and Critical Discourse Analysis, it serves the investigation of the journalistic discourse. Mobilizing the concepts of authors such as Pêcheux (1975; 1997), Van Dijk (2001; 2005) and Benetti (2007; 2008), I undertake research on the discursive formations that constitute the coverage of the portal Veja about the political crisis in Honduras in 2009.

KEYWORDS: DISCURSIVE FORMATIONS; JOURNALISM AND DISCOURSE; CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS; FRENCH DISCOURSE ANALYSIS

RESUMEN

En el presente artículo, se defiende la noción-concepto de formación discursiva como un dispositivo metodológico que, al engendrar las perspectivas del Análisis de Discurso Francesa y del Análisis Crítico de Discurso, sirve a la investigación del discurso periodístico. Movilizando conceptos de autores como Pêcheux (1975; 1997), Van Dijk (2001; 2005) y Benetti (2007; 2008), emprendo investigaciones sobre las formaciones discursivas que conforman la cobertura del portal Veja sobre la crisis política de Honduras, en 2009.

PALABRAS CLAVE: FORMACIONES DISCURSIVAS; PERIODISMO Y DISCURSO; ANÁLISIS CRÍTICO DE DISCURSO; ANÁLISIS DEL DISCURSO FRANCESA



Introdução

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre as possibilidades de investigação no campo jornalístico com o cruzamento entre duas perspectivas localizadas no espectro dos estudos do discurso. Sustento aqui a possibilidade de utilização do conceito de formação discursiva, gestado no âmbito da Análise de Discurso Francesa (referida como AD), a partir das lógicas metodológicas da Análise Crítica do Discurso (doravante, ACD). Para tanto, busco autores que permitam entender a estruturação das duas áreas de teorização e investigação discursiva, tais como Foucault (2008), Pêcheux (1975; 1997) e Van Dijk (2001; 2005), entre outros. Ademais, filio-me aos estudos de Benetti (2008), de forma a considerar criticamente as estruturas do discurso jornalístico.

Inicialmente, discuto as relações entre jornalismo e análise de discurso. Posteriormente, apresento os dois panoramas discursivos enfocados. Em seguida, procuro estabelecer formas de apropriação, pelo viés crítico, da noção-conceito de formações discursivas no espaço de pesquisa constituído pelo jornalismo. Por fim, como aplicação metodológica, trago análise¹ da cobertura noticiosa realizada pelo portal Veja.com sobre a participação do Brasil na crise política de Honduras em 2009.

1. Jornalismo e análise de discurso

Tratar das relações entre os campos jornalístico e discursivo demanda o entendimento entre diferentes estruturas cujo âmago está na representação compartilhada de uma verdade que depende, fundamentalmente, de acordo implícito entre aqueles envolvidos em seus processos - e que, ademais, têm na linguagem uma dimensão basilar, referindo-me ao panorama dialógico his-

toricamente trabalhado por Bakhtin (2006). A palavra, elemento mediador da interpretação, é manifestação ideológica primária, constituindo afirmação acerca de algo e que, desta forma, não pode ser considerada neutra. Enunciar é manifestar-se ideologicamente, e o compartilhamento de sentidos enunciados constitui ação dialógica, vinculando consciência e interação social.

A estabilização de ideias construídas socialmente, que propiciam interpretações conjuntas sobre a realidade - os efeitos de sentido -, constitui dimensão estrutural dos processos discursivos. No caso do jornalismo, instância que compreende ação prática e corpo profissional e que depende da aceitabilidade social acerca da instituição de enunciados que visam expor uma realidade pretensamente objetiva, sua própria existência é dependente das dinâmicas discursivas. Por outro lado, com a afirmação do jornalismo no papel de sistema perito (MIGUEL, 1999), o universo do discurso expande sua importância já fundamental na experiência humana, sendo reiterado e mimetizado pela reprodutibilidade técnica.

Foucault aponta que, na realização da análise dos discursos, a principal questão não reside em hipotético (e idealístico) nível de verdade a ser desvelado, mas na reprodução e reiteração de “efeitos de sentidos”. A ideia é corroborada por Benetti (2007), abordando a questão no campo jornalístico. Para a pesquisadora, o jornalismo pode ser compreendido como uma forma de discurso, visto que ele é “a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (Benetti, 2007, p. 107). A configuração discursiva do jornalismo é decorrente de este abranger, em sua dinâmica, efeitos de realidade, envolvendo diversos sujeitos além do leitor e do jornalista, tais como as fontes dos acontecimentos noticiosos, as empresas jornalísticas e mesmo os anunciantes que sustentam

¹ O estudo faz parte da Tese de Doutorado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BOMFIM, 2015)

financeiramente os empreendimentos jornalísticos. Como discurso, o jornalismo só acontece intersubjetivamente, o que condiz com a observação de que “os interlocutores devem reconhecer as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero” (Benetti, 2008, p. 19) – um reconhecimento implícito, concretizado no estabelecimento do que Charaudeau (2007) define como contrato de comunicação.

1.1 As relações entre AD e ACD

A análise discursiva tem por objetivo expor unidades que extrapolam a proposição linguística, mas que dependem destas para existirem e fazerem sentido. É válido destacar que Foucault, no paradigmático *A arqueologia do saber*, sustenta que o discurso pode ser compreendido como

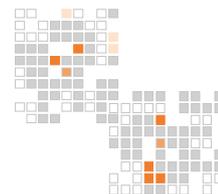
[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (2008, p. 132).

Para o filósofo, a ideia de discurso é indissociável das de práticas discursivas, formações discursivas e, de forma geral, da história. São registros, voluntários e involuntários, de seu tempo; representações de formas, processos, regularidades de pensamento e de conhecimento. Para Maingueneau (1997, p. 21), o discurso estabelece “espaços de regularidades associados a condições de produção”, tendo por características gerais ser: uma organização situada para além da frase; orientado; uma forma de ação; interativo; contextualizado; assumido por um sujeito; regido por normas; considerado apenas dentro da dinâmica de um

interdiscurso. Como é dependente da relação entre sujeitos para existir, é condicionado pela intersubjetividade.

A Análise de Discurso Francesa tem sua irrupção na década de 1960, na conjunção entre linguística, psicanálise e marxismo que questiona relações de poder e conformações ideológicas a partir do espectro linguístico. Com a obra *Análise Automática de Discurso*, de 1969, Pêcheux indica novas formas de compreensão da relação entre língua e discurso, especialmente pelo descentramento do sujeito e a historicização da linguagem. Para adentrar à dimensão discursiva, é preciso entender a opacidade das palavras, mirando nestas a materialidade dos discursos. O discurso não é propriedade do indivíduo, que é interpelado pela ideologia em processo de esquecimento das origens do que enuncia. Além disso, é indissociável das relações histórico-ideológicas: Pêcheux concebe a análise discursiva no entre-meu entre os estudos linguísticos e as ciências que procuram explicar as conformações sociais, sendo alicerçada no materialismo histórico (com destaque à questão da ideologia), na linguística (especialmente os processos de enunciação) e na teoria do discurso.

Surgida no contexto dos estudos britânicos de linguística por volta dos anos 1970, o modelo da Análise Crítica se constitui como uma forma interdisciplinar de exame dos textos, partindo da prerrogativa da linguagem como prática social. Busca-se constituir análises sobre os aspectos ideológicos e as relações de poder no que tange aos discursos, interpretando seus processos de naturalização. A ACD apresenta abordagem que busca conjunção entre teoria linguística e teoria social, impelindo à observação das questões ideológicas envolvidas nas formulações discursivas. As relações sociais de poder possuem na linguagem seu lócus de realização e reforço, e temáticas como hegemonia e dominação são comuns nesta perspectiva.



No contexto crítico, observa Van Dijk (2005), o discurso é entendido como um evento comunicativo. O elemento cognitivo, que pode ser social ou pessoal, reúne crenças, finalidades, avaliações e emoções e qualquer outra estrutura “mental” ou da “memória”. Ao tratar de sociedade, deve-se entender o domínio do social como composição de microestruturas locais de interação e estruturas globais, societárias e políticas definidas em termos de grupos, relações de grupos (dominância e desigualdade), movimentos, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos e propriedades mais abstratas das sociedades e culturas. Por fim, o contexto do discurso pode ser definido pela combinação das dimensões cognitivas e sociais.

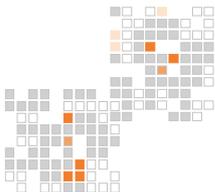
Como investigação, a ACD demanda a observação das formas de reprodução e/ou resistência efetivadas discursivamente, tendo relação intrínseca à observação dos contextos sociopolíticos nos quais as formas simbólicas se encontram inseridas. Por meio de uma estruturação supralinguística, esta concepção analítica extrapola a observação do texto, arregimentando referenciais sociais, políticos, econômicos, históricos, etc., para a ampliação do ângulo de interpretação. Conforme Van Dijk (2005), os principais postulados da ACD são: 1) dedicação a problemas sociais; 2) as relações de poder são discursivas; 3) o discurso constitui a sociedade e a cultura; 4) o discurso tem funcionamento ideológico; 5) a ligação entre texto e sociedade é mediada; 6) a análise do discurso é interpretativa e explicativa; 7) o discurso é uma forma de ação social. A ACD permite junção a outras perspectivas discursivas, sob o condicionante de examinar como a produção e reprodução de discursos incide na manutenção da desigualdade social e política – conformando situações contextuais de exploração, hegemonia e dominação, extrapolando-se os limites dos elementos textuais.

Acerca das diferenças entre as perspectivas metodológicas, Melo (2009) aponta que estas refletem os caminhos delineados por dois de seus principais teóricos, Pêcheux e Fairclough. Este deixaria claro que o interesse do dispositivo analítico é constituir-se como um instrumento de luta política contra a injustiça social – a falaciosa neutralidade em relação às configurações sociais seria implicativo de cumplicidade. Seguindo essa compreensão, os pesquisadores do discurso precisam realizar seu trabalho guiados pela necessidade de construir análises embasadas em ações de contrapoder e contraideologia, numa perspectiva de resistência.

O que é fundamental na AD, e ignorado na ACD, é a complexidade na concepção da estrutura da língua, ou da materialidade linguística, pois nos fornece uma idéia de que a língua se trata de uma estrutura opaca, atravessada pelos eventos sócio-históricos. Mesmo assim, para Fairclough a análise discursiva da escola francesa é tratada em termos semânticos muito estreitos (MELO, 2009, p. 14).

Para o autor, a AD enfoca a reprodução ideológica engendrada pelo discurso, deixando de lado ações de transformação da realidade social baseadas no questionamento e mobilização da própria ambiência discursiva. Todavia, Melo (2009) comenta que Fairclough e Pêcheux se reaproximam na temática da interdiscursividade.

Maingueneau (2010) questiona o que considera uma falsa dicotomia, pois qualquer viés de análise de discurso engendraria dimensão crítica. Essa característica é apontada especialmente pelo caráter dessacralizante deste tipo de investigação, com atenção voltada à desautomatização dos textos, relacionando-os às múltiplas práticas e interesses a eles relacionados. A ACD, diz o teórico, institui-se em cenário já constituído pela perspectiva crítica, e suas preocupações são uma



continuidade dos questionamentos relativos a esta disposição analítica. O espectro de atuação da Análise Crítica, sustenta, necessita da confluência de um dispositivo hermenêutico e um campo investigativo relativo a uma determinada disciplina. Maingueneau afirma que a única diferenciação clara entre os dois dispositivos metodológicos se estrutura quando da conformação da análise em crítica parafilosófica – implicando ação, em seu âmago, reflexiva. Estas abordagens, diz o pesquisador, provêm das contribuições de pensadores pós-estruturalistas relacionados aos Estudos Culturais e movimentos de questionamento da realidade social (perspectivas *queer*, feminista, pós-colonial, dentre outras), sendo, concomitantemente, análises de discurso e afirmações de posicionamento filosófico.

2. Construindo pontes: a noção-conceito de formação discursiva

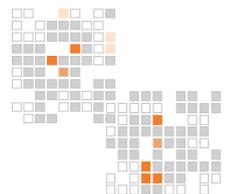
Penso a aproximação entre ACD e AD com base na utilização de um “conceito-ponte” que permite o estabelecimento de dispositivo analítico ao refletir uma lógica interdisciplinar: a noção-conceito de formação discursiva (FD). Proponho a realização de investigação de viés crítico com base em um conceito gestado no locus da Análise de Discurso Francesa. Baseada na linha delineada por Pêcheux (1975; 1997) – que difere da formulada por Foucault (2008)² quando este trata de formação discursiva em *Arqueologia do Saber* –, a FD é resultado de uma estrutura de formação social, que entrelaça posições políticas e ideológicas e se relaciona a formações ideológicas. Logo, formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura

dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1975, p. 160). Todavia, ela não possui estrutura fechada, sendo “invadida” por sentidos de outras FDs e existindo a partir da interdiscursividade. Esta característica arregimenta os chamados elementos pré-construídos e os saberes partilhados socialmente, funcionando para o apagamento da historicidade destes, realizada no sujeito e um dos principais elementos de debate da ACD.

As formações discursivas devem ser entendidas como “região de sentidos”, delimitando fronteiras interpretativas dentro do texto, e as formulações que se encontram fora de um sentido são representativas de outra FD. Na análise, o número de formações discursivas é correspondente ao de sentidos definidos como nucleares em um texto, e que o sentido é proveniente de conformação ideológica. Para Pêcheux (1995; 1997), a ideologia se remete a um “dispositivo de subjetivação” ou interpelação do sujeito, visto que este acredita ser o autor dos sentidos que expõe. O teórico diz que essa interpelação acontece pela identificação do sujeito a uma determinada formação discursiva, fundamentando uma unidade imaginária entre aquele que diz algo e o que é dito.

A relação discurso-ideologia implica uma reafirmação do assujeitamento, inclusive a outras matrizes ideológicas constituídas social, jurídica e politicamente, sendo estas historicamente situadas. “Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico [...] colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (Orlandi, 2005, p. 46). Segundo Zandwais (2012, p. 48), as FDs se mostram em interação às formações ideológicas, permitindo reflexão acerca das “relações dialéticas entre o campo da práxis e os domínios discursivos, como sobre as relações contraditórias passíveis de serem estabelecidas no interior das formações ideológicas

2 Baronas (2011) afirma que, embora grande parte dos estudiosos aponte Foucault como o primeiro a utilizar o termo “formação discursiva” em *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, em realidade Pêcheux já o utilizara em texto de 1968, produzido em conjunto a Culioli e Fuchs (CULIOLI, Antoine. *La formalisation en linguistique. Cahiers pour l'analyse*, Editions du Seuil, n. 9, juillet 1968).



(FI) e que podem ser representadas, no objeto discursivo, por diferentes FDs”. Conforme a autora, é justamente pela imbricação entre FI e FD que Pêcheux expõe a estruturação da perspectiva marxiana da contradição na dimensão concreta da interação sociedade-linguagem.

O sentido irá permitir o estabelecimento de uma lógica a partir de um dito, na situação discursiva de uma configuração que não permite outra interpretação pelos sujeitos envolvidos, pois amparados por um mesmo céu ideológico. Todo dizer possui um “traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade” (Orlandi, 2005, p. 43). Debatendo o trabalho de Pêcheux, Baronas (2011, p. 200) sustenta que as FDs podem ser compreendidas como “um jogo de princípios reguladores que formam a base de discursos efetivos, mas que permanecem separados deles”. O autor sopesa que, seguindo esta compreensão, “palavras, expressões e proposições adquirem seus significados a partir de determinadas formações discursivas nas quais são produzidas (os elementos linguísticos, como eles são combinados) e assim o sentido se torna um efeito sobre um sujeito ativo, e não uma propriedade estável” (Baronas, 2011, p. 200).

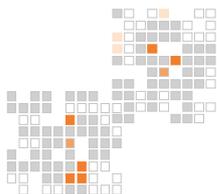
2.1 Ações metodológicas

A aproximação entre ACD e ADF é pensada no campo jornalístico, o que significa que o horizonte metodológico está engendrado ao contexto do discurso noticioso. Este destaque é importante pois a realização de uma investigação com base na análise de discurso não possui uma forma “fechada”, sendo a estruturação metodológica atividade que demanda tanto ação hermenêutica quanto prática. Amparo-me nos procedimentos dispostos por Benetti (2007) em relação ao campo jornalístico para a construção de análise baseada no conceito de formações discursivas. Conforme a autora, deve-se proceder à constituição

de um quadro de FDs, mapeadas no contato com os textos que constituem o *corpus* investigativo. A criação deste plano parte da problemática previamente disposta, materializando-se por meio da localização de marcas discursivas dos sentidos procurados. Denotando disposição interpretativa relacionada a esta metodologia, deverá ser efetivada a ação de, a partir dos sentidos mapeados componentes das FDs, perceber sua vinculação em relação a outros discursos que perpassam o discurso jornalístico.

A percepção de uma estabilização de sentidos necessária à constituição de uma formação discursiva resulta de um efeito de paráfrase. Maingueneau (1997) diz que a paráfrase é uma operação metadiscursiva, notada a partir da apreensão do sentido originado pelo enunciador nas formações discursivas. Constitui-se como intenção de conter as possibilidades polissêmicas, num relacionamento tensionado que estrutura o funcionamento linguístico. A paráfrase “define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva” (Maingueneau, 1997, p. 96), determinando o que pode ser tomado como o sentido hegemônico do texto.

A AD permite a aproximação a dimensões linguísticas que servem aos pressupostos da ACD justamente pelo destaque fornecido às configurações discursivas na construção e manutenção da realidade social. A perspectiva sociocognitiva de Van Dijk (2001; 2005) é baseada na multidisciplinaridade, atentando-se às temáticas da ideologia, reprodução de poder e constituição de hegemonia, entre outras. A amplitude das possibilidades de análise visa a compreensão do imbricamento entre os níveis social, político, discursivo, histórico e cognitivo. No horizonte analítico de teórico, não há uma relação direta entre as estruturas sociais e as discursivas, sendo necessário um processo de mediação cognitivo (tanto em caráter pessoal quanto social). Por conseguinte, o autor sustenta a importân-



cia do triângulo conceitual discurso-cognição-sociedade. O dizer nunca é apenas dizer, e os enunciados jornalísticos carregam altas cargas de elementos discursivos e ideológicos – aliás, só existem em função destes –, dando a ver das formas de instituição e manutenção de ordenamentos. A postura crítica preconizada pela ACD possibilita o questionamento das estruturas de controle social do nível micro ao nível macro, podendo servir a uma descomplexificação de estruturas fortemente estabelecidas.

A composição das formações discursivas é realizada a partir da definição dos tópicos que constituem os significados globais de cada notícia. Os tópicos são sínteses constituídas a partir de inferências no exame do material noticioso. Em muitos casos, coincidem com títulos, intertítulos, legendas de fotos, etc, também encontrados na mesma matéria. A constituição dos tópicos (macroproposições) deve ser compreendida como um conjunto de procedimentos estratégicos para a inferência que, desta forma, “podem realçar assim o significado, controlar a compreensão e influenciar a formação dos chamados ‘modelos mentais’ do acontecimento abordado no discurso” (Van Dijk, 2005, p. 42).

Além da sintetização das macroproposições em cada texto, procede-se também à identificação dos estereótipos. Van Dijk observa que estas tipificações são responsáveis por operar, de forma clara, a estratégia de valorização dos atributos facultados ao *Nós* (auto representação positiva) e desvalorização das características facultadas ao *Eles* (representação negativa do outro), além de “desenfatizar” aquilo que percebido como negativo no *Nós* e proceder à mesma ação, mas no caso de atributos positivos, em relação a *Eles*. O movimento de estereotipar essencializa indivíduos, coletividades ou mesmo territórios a partir de determinadas características, de modo a reduzir essas pessoas, grupos ou locais a nada que não seja aquilo que a tipificação expresse. Acaba-se

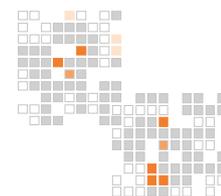
por fomentar a criação de tipos, o que causa um enorme impacto nas formas de sociabilidade. Os estereótipos são formas de apreensão de novos conhecimentos, mas essa ação não é neutra, e comumente é engendrada também por uma dimensão sócio-política. A possibilidade de instituir uma representação em ambiente público é, de certo, um poder considerável.

2.1.1 A construção do corpus: um movimento analítico

A constituição do *corpus* investigativo é um primeiro movimento analítico. No caso da pesquisa amparada em formações discursivas, o desenvolvimento mesmo da noção-conceito apresenta uma perspectiva histórico-analítica de no que tange à conformação de objetos analíticos. Para Pêcheux, diz Sargentini (2011, p. 283), “se em momento inicial, o conceito de formação discursiva vincula-se à noção de sentido remetida ao exterior ideológico, posteriormente, dá-se um deslocamento em direção aos efeitos do momento da conjuntura e do acontecimento”. Segundo a autora, Pêcheux reestrutura o conceito de formação discursiva sob a perspectiva do materialismo histórico, o que se reflete na composição dos *corpora* de investigação.

Sargentini sustenta que a noção de *corpus* vai acionar uma aproximação da concepção teórica de formações discursivas da ação propriamente prática de desenvolvimento da análise ao engendrar as FD à dimensão do acontecimento. Constitui-se uma abertura para a construção de objetos analíticos diversos, amparados em diferentes suportes, de forma que as formações discursivas – e o discurso, diga-se – possam ser compreendidos em sua existência intersubjetiva, transpondo suportes e estabelecendo-se no entremeio das interpretações acerca da realidade.

Em acordo aos pressupostos desta investigação, procedo à constituição do *corpus* para realizar a análise selecionando matérias jornalísticas



(que, a partir de agora, denominarei também como *textos*). Empreendo investigação acerca da cobertura noticiosa realizada pelo portal Veja do envolvimento brasileiro na crise política de Honduras, entre 2009 e 2010³. A procura de notícias foi realizada com a utilização de ferramenta de busca existente no próprio site, e o *corpus* final contou com 42 textos. Em cada texto, foram sintetizadas macroproposições que condensam os sentidos das notícias e servem ao delineamento das formações discursivas.

Com vistas à atividade investigativa, é primordial contextualizar o âmbito dos acontecimentos que foram transformados em material noticioso.

2.2 Contexto: participação brasileira na crise política em Honduras (2009-2010)

Para a conformação das formações discursivas, é significativa a necessidade de compreensão do contexto dos acontecimentos. Os processos contextuais na análise discursiva, afirmam Charaudeau e Maingueneau (2008), são referentes a duas perspectivas distintas, sendo constituídos por dimensões de natureza linguística (o ambiente verbal da unidade de investigação) e não linguística (a situação de comunicação).

Assim, quando é trazida a questão do contexto, indica-se a importância de examinar o entorno do objeto pesquisado, que congrega os dois horizontes citados. No diálogo estabelecido entre AD e ACD, há uma interação entre diferentes conjunções contextuais que se interpenetram continuamente: a linguística é propriamente o texto, enquanto a não linguística engendra a dimensão sociopolítica (sendo ambas atravessadas pela história, pela ideologia e pelo imaginário). Podemos, desta forma, pensar os contextos de acordo com o objeto ora investigado. O delineamento das formações discursivas precisa levar em conta os seguintes aspectos:

a) *Contexto linguístico*

- textos noticiosos da cobertura
- Universo Veja/jornalismo revistativo

b) *Contexto não linguístico*

- imediato (micro): crise política de Honduras
- abrangente (macro): política externa brasileira/relações internacionais

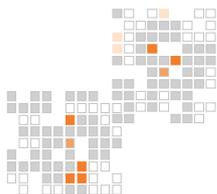
Inicialmente, trabalhar o contexto linguístico nos obriga a ter atenção à natureza discursiva do jornalismo, em especial o gênero textual notícia no espaço do portal Veja⁴. O exame dos textos que compõem o *corpus* implica a problematização da produção noticiosa - ou seja, pensar o contrato de comunicação jornalístico (Charaudeau, 2007) estabelecido historicamente e socialmente entre Veja e seu público com base na identidade editorial que, neste caso, possui fortes ligações com a revista impressa.

De acordo com a empresa, seu público-alvo se concentra nas classes A e B, mais alinhado às premissas editoriais de defesa do liberalismo econômico que o Grupo Abril⁵ tradicionalmente preconizou (BOMFIM, 2015). Tal situação implicou, ao longo da administração Luiz Inácio Lula da Silva, uma posição claramente antagônica do universo Veja (revista e portal) em relação ao governo, como é referido por diversos pesquisadores. O veículo empreende sua posição por meio de texto característico, no qual grassam tanto ironia quanto pretensa autoridade de fiscalização do cenário político, expondo autoimagem amparada na conformação do quarteto discursivo de defesa da democracia, independência, competência e compromisso com o leitor, apontam Benetti

4 Criado em 1997, o portal Veja inicialmente reproduzia o que era publicado e servia como arquivo das versões impressas da revista Veja, segundo Sabadini (2006). Em 2000, teve início a veiculação de notícias exclusivas no site e, em 2002, de material complementar às matérias da versão impressa. Em 2012, passa a ser disponibilizado o acesso a todo o acervo digitalizado da revista, desde sua criação.

5 O conglomerado midiático foi vendido pela família Civita ao final de 2018, em decorrência de graves problemas financeiros.

³ Parte da tese de doutoramento defendida em 2015.



e Hagen (2010). A compreensão do referido contexto linguístico também precisa ter em horizonte as características próprias do jornalismo revistativo (Tavares, 2012), principalmente de sua pouca preocupação com a ideologia de neutralidade e imparcialidade apregoados na imprensa diária. Esta confluência resulta no extrapolamento do contexto linguístico estrito, implicando que, para a compreensão das lógicas discursivas em *Veja* (online e impressa), é inescapável aprofundar-se nas estruturas históricas, sociais, culturais e econômicas que permitem sua existência como materialidade.

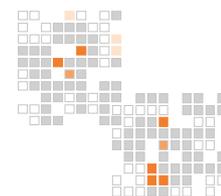
Em relação aos contextos não linguísticos, no estrato micro, indicado pelo acontecimento transformado em acontecimento jornalístico, é necessário compreender a dinâmica política hondurenha contemporânea – a crise em si, provocada por um golpe contra o então presidente Manuel Zelaya – e, para tanto, as estruturas históricas que configuram o cenário político do país (o que, mais uma vez, implica expansão para além das fronteiras primariamente delimitadas). Já na dimensão macro, interessa conhecer tanto o histórico da política externa brasileira (motivações, eixos de atuação, interesses) quanto a orientação seguida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) ao longo do governo Lula, e, de maneira geral, as próprias lógicas relativas ao campo das relações internacionais, o que corresponde a uma tentativa de ampliar ao máximo o horizonte contextual analítico da temática.

Eleito em 2006 pelo Partido Liberal, Manuel Zelaya foi gradativamente perdendo apoio entre as camadas da elite econômica hondurenha após implementar medidas consideradas de esquerda. Sua situação foi agravada pela aproximação ao líder venezuelano Hugo Chávez (falecido em 2013) e a entrada no país na Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Em março de 2009, o presidente decretou reali-

zação de consulta à população sobre plebiscito para convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso o resultado fosse positivo, o Poder Executivo iria enviar requerimento ao Congresso.

Todavia, Legislativo e Judiciário não autorizaram a votação. A recusa dos militares em participar da ação implicou na demissão do chefe do Estado Maior, abrindo crise entre o presidente e as forças armadas. No dia 28 de junho de 2009, data do referendo, o presidente é preso por tropas da polícia federal e do exército, sendo levado para a Costa Rica. O Executivo nacional foi assumido por Roberto Micheletti. A Justiça anunciou que o deposto seria processado por delitos como traição à pátria e descumprimento de leis. De forma sigilosa, Zelaya voltou ao país em 21 de setembro, refugiando-se na embaixada do Brasil. No início de dezembro, o Itamaraty estabelece que Zelaya deixe a embaixada até 27 de janeiro de 2010, dia no qual seu mandato terminaria. Na data marcada (quando Porfirio Lobo assumiu a presidência), o líder afastado seguiu para o exílio em Santo Domingo, na República Dominicana. Brasil, Espanha e nações governadas pela centro-esquerda na América Latina se recusaram a reconhecer a legitimidade de Lobo. Os EUA, que no início criticaram o golpe, manifestaram aceitação ao mandatário – situação definida como “única solução possível” à época.

Segundo Ricci (2009) e Vadell (2009), mesmo com a existência de dispositivo jurídico, a deposição de Zelaya deve ser entendida como um golpe de Estado. Conforme Vadell, a crise possui três elementos principais: envolve a principal potência da América do Sul de maneira direta; é um golpe de Estado, aplicado em região duramente atingida por ditaduras durante o século XX; possui participação de Hugo Chávez, que articulou por trás os acontecimentos, deixando o governo brasileiro e a Organização dos



Estados Americanos (OEA) como atores principais. Segundo o pesquisador, a nação hondurenha possui um passado político e socialmente conservador, com relação de muita proximidade aos EUA. A Constituição, promulgada na década de 1980, é representativa das vontades das elites dominantes em um cenário de extrema desigualdade social. A situação de conflito é decorrente de problemas políticos, não jurídicos. O presidente deposto, integrante da camada dominante, acabou sendo visto como um “traidor” ao tentar quebrar o entendimento político instituído constitucionalmente por meio da proposta de consulta popular.

O envolvimento do Brasil é polêmico, embora seja compreensível no conjunto da política externa nacional (ou PEB) entre 2003 e 2010. O abrigo a Zelaya indica uma defesa dos princípios democráticos, mesmo que, para tanto, seja necessária uma mudança da prerrogativa histórica de não intervenção do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Expõe-se a busca por novo status no cenário mundial, em especial no âmbito latino-americano, por meio da valorização da moralidade nas demandas internacionais. Para Ricci, a ação sinaliza a mudança de identidade internacional do Brasil empreendida à época, a tentativa de transição de *global trader* para *global player*: “de fiador de um bloco comercial na região, assumiu o papel de liderança institucional” (2009, p. 99).

A investigação exposta implica a importância de considerar que a atuação do MRE durante o período 2003-2010 teve no concerto com os países do chamado Sul Global um de seus principais guias. Grupos como G20, BRICS e Unasul exemplificam a disposição do governo brasileiro em constituir laços com as nações não hegemônicas no sistema internacional. A estratégia foi fulcral para a implementação do que o então chanceler Celso Amorim chamou de política externa “ativa e altiva”. Esta cosmovisão, para

Vizentini (2009), explicita uma iniciativa de geometria variável, que procura mudar a perspectiva do espaço mundial, deixando de lado o alinhamento às zonas “centrais” de poder. A inserção se daria pela efetivação de quatro eixos estratégicos: atenção à América do Sul, orientação multilateral na construção de paz, efetivação de agenda comercial afirmativa e estabelecimento de parcerias diversificadas com países desenvolvidos e em desenvolvimento.

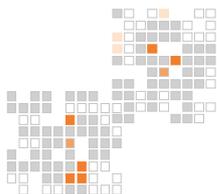
2.2.1 Construindo a análise: macroproposições e FDs

A conformação dos contextos que engendram a dimensão dos acontecimentos possibilita uma compreensão geral da temática em investigação, dando base a uma ação analítica de constituição das macroproposições nos textos e, seguindo este encadeamento, o delineamento das formações discursivas. A cobertura do portal Veja sobre a crise política decorrente do golpe que derrubou o presidente Manuel Zelaya transcorreu entre os meses de julho de 2009 e dezembro de 2010 – embora, ao longo deste ano, apenas duas matérias tenham sido publicadas (em janeiro e em dezembro), sendo mapeados 42 textos.

Devido à falta de espaço, apresento neste artigo a composição das macroproposições dos três primeiros textos que compõem o *corpus* reunido (2015). As matérias constituintes são ordenadas na forma HO (referência a “Honduras”) + numeração cronológica, indicando-se também a data e o horário da postagem. De mesma forma, as macroproposições são numeradas pela ordem na qual são constituídas no exame do texto.

Macroproposições: Crise em Honduras

HO1: Lula: A queda de Zelaya é um “precedente perigoso” (01/07/2009 - 08h23)



M1 – Lula diz que golpe em Honduras é um precedente perigoso

M2 – Lula diz que volta dos golpes na América Latina não pode ser aceita

M3 – Zelaya foi expulso de Honduras após tentar modificar a constituição para permitir a reeleição presidencial

M4 – Golpe despertou maior crise política na América Central em vários anos

M5 – Lula diz que governo do Brasil fará o possível para resolução da ONU demandando volta da democracia ser cumprida

M6 – Lula deu declarações sobre Honduras em viagem à Líbia para cúpula da União Africana

M7 – Lula afirmou que participação na reunião é motivada pelo interesse do Brasil em manter relações econômicas com a África

M8 – Ditador da Líbia, Kadafi é o atual presidente da UA

HO2: Lula telefona para Zelaya e deseja “boa sorte” (24/07/2009 - 18h27)

M1 – Lula telefona para Zelaya para desejar boa sorte em seu retorno ao país

M2 – Zelaya disse a Lula estar negociando seu retorno com militares hondurenos

M3 – Zelaya aparece na TV na área de fronteira falando continuamente ao telefone

HO3: Lula promete ajudar Zelaya a voltar ao poder (12/08/2009 - 20h09)

M1 – Lula se compromete a conversar com Obama sobre crise em Honduras

M2 – Zelaya elogia ajuda brasileira na crise

M3 – Zelaya diz que EUA podem se empenhar mais para reconduzi-lo ao poder porque economia de Honduras depende dos norte-americanos

M4 – Chanceler brasileiro diz que EUA precisam dar recado claro aos golpistas

M5 – Seguidores de Zelaya protestam nas ruas de Tegucigalpa

M6 – Manifestantes agrediram vice-presidente do legislativo hondurenho

2.2.2 Formações discursivas

O exame dos textos apresentou a conformação de dez FDs. Em decorrência da falta de espaço, apresento de forma detalhada as três primeiras:

FD1 – Golpe de Estado em Honduras

A formação discursiva que indica a ocorrência de um golpe em Honduras é um ponto pacífico da cobertura do portal. A derrubada do presidente Zelaya, mesmo que seja por vezes justificada a partir da constituição do país, constitui-se uma arbitrariedade inegável. Tal fato, porém, não é tratado como necessariamente negativo.

FD2 – Governo de Honduras exige definição do status de Zelaya pelo Brasil

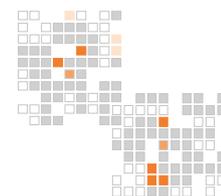
A pressão pela definição do status de Zelaya na embaixada brasileira é um dos elementos mais destacados no material, visto que esta demarcação implicaria na necessidade de silenciamento do presidente deposto (no caso de ser considerado asilado), que atua politicamente desde a casa diplomática, ou em sua entrega às autoridades hondurenhas. O Brasil recusa as duas alternativas, definindo Zelaya como um “hóspede”.

FD3 – Zelaya abusa da embaixada brasileira

Formação discursiva que aponta para excessos de Zelaya na embaixada brasileira, atuando de maneira insolente, desavergonhada e mesmo arrogante. Afirma-se que o líder faz o que quer, seja em nível pessoal ou conclamando ações políticas de partidários e causando problemas sociais.

FD4 – Chávez criou instabilidade em Honduras

FD5 – Comunidade internacional quer retorno de Zelaya



FD6 – Zelaya é mentalmente desequilibrado
FD7 – Chavismo é ideologia perversa
FD8 – Aceitar o golpe é a única solução possível
FD9 – Brasil cometeu erro em Honduras
FD10 – Instituições políticas de Honduras são defeituosas

A FD1 é dominante na cobertura. Porém, a consideração do golpe não implica em sua condenação. Pelo contrário: quanto mais as informações são contextualizadas – seja editorialmente a partir de material de agências ou na construção do texto realizada pela enviada especial Thaís Oyama –, mais a deposição de Manuel Zelaya aparece como uma ação justificável. Em conjunto, a FD2 é mobilizada também ao longo de praticamente todo o recorte temporal, visto que a indefinição do status do mandatário deposto deriva nas tensões entre os governos brasileiro e hondurenho, fomentando também sentidos de questionamento à atitude do Brasil e, desta forma, suavizando o peso institucional do golpe contra Zelaya.

Dentre o material produzido por Oyama, destacam-se os sentidos que delineiam FD3, FD4 e FD6 e FD7, enfocando caracterizações de Zelaya e suas relações com o Itamaraty e com Hugo Chávez. O esforço para construir uma imagem negativa do presidente deposto faz com que algumas formações discursivas, como a FD5, sejam gradualmente deixadas de lado. Ao ser anunciado o plano de estabilização baseado na aceitação do resultado das eleições presidenciais, a FD8 adquire grande proeminência – a qual é, por vezes, sustentada pela visão “realista” exposta pela FD10.

2.2.3 Elementos da análise crítica

Tendo constituído as formações discursivas, a perspectiva de viés crítica demanda realizar a análise de elementos que dão a ver valores,

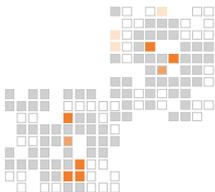
crenças e lógicas, por meio dos quais o discurso é construído intersubjetivamente. Neste encaideamento, realizo análise acerca de três questões principais na conformação do universo discursivo em questão: utilização de estereótipos, construção noticiosa do cenário político hondurenho e inferências acerca da atuação do Brasil no âmbito da crise.

a) Estereótipos: Honduras, a arquetípica “república das bananas”

Van Dijk (2001; 2005) observa que a estereotipificação é responsável por operar, de forma clara, a estratégia de valorização dos atributos facultados ao *nós* (auto representação positiva) e desvalorização das características facultadas ao *eles* (representação negativa do outro), além de “desenfatizar” aquilo que é percebido como negativo no *nós* e proceder à mesma ação, mas no caso de atributos positivos, em relação a *eles*. Essencializam-se indivíduos, coletividades ou territórios a partir de determinadas características, de modo a reduzi-los a nada que não seja aquilo que a tipificação expresse, o que causa um enorme impacto nas formas de sociabilidade.

A cobertura do portal Veja investe em grande uso de estereótipos, relacionados a diversas matrizes (políticas, sociais, históricas). Há uma conjunção de sentidos a partir dos termos usados que tenta construir a representação de uma festival de erros que só seria possível na “folclórica” política latino-americana, com a mobilização do que pode ser considerado o estereótipo-mor sobre os países do continente: o de república das bananas⁶, sendo Honduras in-

⁶ Conforme Del’Olmo (2010), a denominação tem origem em textos do autor norte-americano William S. Porter que aludiam à ação no país de companhias como a United Fruit Company (EUA), que atuavam no cenário político hondurenho. “Como a banana era o principal produto de exportação de Honduras, a ingerência de empresas transnacionais que a comercializavam fragilizou os governantes hondurenhos de então, interessados apenas nesse negócio em proveito pessoal e de seus grupos. Houve uma sucessão de ditadores, que



dicada como local de origem da denominação. Afirma-se que a grande colheita do produto deu origem à expressão, obviamente relacionada a uma suposta falta de seriedade institucional. Historicamente, acabou-se por se relacionar a quaisquer dificuldades enfrentadas pelas nações latinas – em grande medida, incorrendo em efeito humorístico.

A tipificação sustenta e é sustentada pela concepção de que repúblicas consideradas “bananeiras” não devem ser levadas a sério, pois as instabilidades políticas fariam parte de sua natureza. A reiterada afirmação da nação hondurenha como um dos países mais pobres do continente e menções à violência acabam incorrendo na essencialização do país como um espaço de miséria e selvageria, visões alicerçadas em concepções de inferioridade.

Em se tratando do enfoque dado a indivíduos, dois aparecem com destaque: Miguel Zelaya e Hugo Chávez. Tenta-se, diuturnamente, desconstruir a credibilidade e legitimidade de Zelaya: é referido como por termos como “lunático” por dizer estar sendo perseguido por mercenários israelenses e “chapeleiro maluco” em alusão ao seu hábito de usar chapéus. Já seu antagonista, o presidente provisório Roberto Micheletti, é rapidamente descrito em matéria que fornece entrevista a *Veja*. Suas características pessoais e políticas, ao contrário das do presidente deposto, não configuram mote noticioso. As particularidades atribuídas a Zelaya tentam reforçar a concepção de um fantoche de Chávez – designado como ditador venezuelano que distribui “conselhos perversos” para perpetuação no poder. Mesmo que tenha suas reivindicações apoiadas pela comunidade internacional, Zelaya é, nos textos, um projeto de ditador forjado na ideologia chavista.

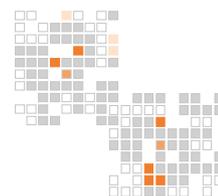
perdurou por várias décadas, sendo Honduras um dos países latino-americanos que mais sofreu golpes de estado ao longo de sua História” (DEL’OLMO, 2010, p. 24).

Todas as tipificações negativas são elementos mobilizados para reforçar a paradoxal ideia de que o golpe em Honduras aconteceu para salvar a democracia. Essa argumentação faria sentido por se tratar de um país que não pode ser levado a sério – o que invalida discussões sobre a importância de manutenção das instituições políticas. Afinal, qual a necessidade de se desgastar por uma situação “naturalmente” perdida? Ademais, Zelaya passa a ser um inimigo da democracia assim que “adere” ao chavismo (a principal ideologia inimiga), de mesma maneira que o Brasil não age por julgamento próprio, mas por uma solidariedade ideológica a Chávez. Apresenta-se, inclusive, que a identificação a este universo ideológico é uma falácia, visto que o próprio “comunista neófito” Zelaya não pratica a sociedade igualitária na embaixada, recebendo a melhor alimentação entre o grupo que ali está alocado.

b) Um golpe para “salvar a democracia”;

O conceito de democracia é tensionado ao máximo por *Veja*. Embora seja consenso a derubada de Manuel Zelaya, essa ação nem sempre é censurada. Pelo contrário: em algumas das matérias, afirma-se mesmo o caráter legal da situação, efetivando-se argumento do golpe para salvar a democracia – o cometimento de uma arbitrariedade é um problema menor diante das possibilidades posteriores. Considera-se que o “governo interino que derrubou Zelaya”⁷ vai levar a cabo a realização de eleições que, de forma simples, operarão ação de conserto no sistema político do país. Como se tal situação não fosse, por si só, contraditória, uma das frases seguintes serve para exemplificar a definição de paradoxo: “O mais lógico seria deixar o retornado sob os cuidados dos amigos brasileiros até depois das eleições, que, se legítimas, convenceriam a comunidade internacio-

⁷ *O pesadelo é nosso*. VEJA, 30/09/2009.



nal das intenções democráticas dos golpistas”⁸.

Para Veja, qualquer modificação – mesmo com consulta à população – na Constituição é negativa. Há uma contradição latente: se este é o tipo de democracia de Honduras pode ter, como afirma um analista norte-americano entrevistado em um dos textos do *corpus*, seria normal pensar que a reforma do sistema é uma demanda justa (mesmo que a possibilidade de reeleição para presidente não seja vista como mudança positiva). Mas os discursos indicam que a possibilidade de mudança das estruturas é, sempre, algo ruim porque atinge as instituições, não importando quais os valores que as sustentam. Em realidade, a ideia é rechaçar qualquer mudança de sistema político cuja inspiração seja relacionada aos governos de esquerda latino-americanos. Por mais que exista uma administração não legítima, condenado por OEA e ONU, Veja sustenta que a principal ameaça à democracia era o próprio presidente derrubado.

Representa-se negativamente Zelaya para construção de sentidos de ilegitimidade. Sua principal estereotipificação, a de louco, é conjugada a uma satirização. Em meio às afirmações de ser um “aprendiz de ditador”, Zelaya é desacreditado. Conquanto sua trajetória não o posiciona como ideologicamente de esquerda, o primeiro elemento destacado nesta caracterização é o fato de ser o líder deposto um homem “rico”. Compõe-se a oposição “esquerda x riqueza”, com vistas a atingir o senso comum do público de Veja. A exposição de itens considerados curiosos na figura de Zelaya incorre na estruturação de um personagem ridículo, o que aqui está relacionado a sua atuação política. É também uma crítica aos próprios hondurenhos por terem eleito um bufão como chefe do Estado, e o valor das instituições políticas do país é certamente questionado. A interpela-

ção, todavia, ganha força à medida que o foco sai do indivíduo para a estruturação política de Honduras.

Houve um golpe de estado? Sim. País pequeno e pobre, Honduras foi transformada num caso exemplar do repúdio da comunidade internacional aos golpes de estado. Foi castigada com sanções econômicas e congelamento nas relações diplomáticas. Exceto por isso, o problema não era tão grande. A medida de força foi, até certo ponto, justificável pelas leis do país. Até o momento do golpe, o maior perigo para a democracia era o presidente Manuel Zelaya. Ele seguia os passos de Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales, e queria reescrever a Constituição para ampliar o próprio mandato. Não foi um golpe revolucionário, que rasga a Constituição, militariza o Poder Executivo e elimina a liberdade de expressão. Ao contrário, o objetivo era preservar as instituições [...]. A situação em Honduras só tinha importância para Zelaya. Se as eleições fossem realizadas, um novo presidente assumiria e o deposto cairia no anonimato. Em entrevista a VEJA, o americano Peter Hakim, do Diálogo Inter-Americano, um centro de estudos em Washington, colocou a questão em termos realistas: “Honduras pode ter cometido um pecado, mas não é a Sérvia ou Darfur. A comunidade internacional deveria focar no retorno da melhor democracia que eles possam ter. O governo Lula preferiu apoiar os planos de continuísmo de Zelaya. Essa intervenção jogou lenha na fogueira e pôs Honduras à beira da anarquia (VEJA, 2009).

É interessante o uso da expressão “termos realistas”: trata-se de um eufemismo para indicar que o veículo enunciará uma verdade. E esta, aqui, é considerar os hondurenhos menos ca-

pazes de ter uma democracia funcionando no que deve ser considerado sua plenitude – afinal, é uma “república bananeira”. A informação que abre o parágrafo – “houve um golpe de Estado” – perde significância em virtude do substrato de realidade alegado. Retomando a definição de democracia de Veja, a afirmação de que o maior perigo para o sistema democrático de Honduras é o próprio líder apeado de seu posto é corroborada pela informação de que ele seguia os exemplos do já citado Chávez, de Rafael Correa e Evo Morales (presidentes do Equador e Bolívia, respectivamente). Trata-se exemplarmente de um golpe conservador, arquitetado para a manutenção da tradicional estrutura política hondurenha.

O grupo de impetrou o golpe de Estado e expulsou Zelaya do país é sumariamente absolvido. Os causadores da instabilidade são outros – chavistas, bolivarianos e esquerdistas latino-americanos em geral. Mas a última frase do trecho destacado é bem explícita em colocar a culpa da crise em Honduras sobre o governo brasileiro e nos planos de “continuismo” do líder deposto.

c) O Brasil: um incauto fantoche

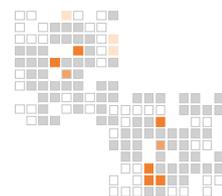
A atuação do Itamaraty no episódio é tratada como um conjunto de erros orquestrado pela composição ideológica que define a PEB – e que, neste caso, é aproveitada para manobras pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. O Brasil é representado como um ingênuo fantoche.

A afirmação de que o Brasil se tornou refém de Zelaya faria sentido desde que se considerasse que o Itamaraty foi surpreendido pela chegada e presença do presidente deposto. Em oposição, é afirmado por diversas vezes, ao longo do *corpus*, que a situação foi estruturada por Lula, MRE e Chávez. A embaixada, como espaço soberano brasileiro, segue as determinações

de Brasília, sendo óbvio que as ações de Zelaya tinham embasamento. A ideia era fortalecer a posição legalista, agindo para a derrocada do governo golpista, permitindo a articulação dos partidários de Zelaya e expondo a situação para a constituição de pressão internacional.

É absurdo pensar que um presidente vítima de golpe, que se encontrava exilado em virtude de um mandado de prisão, voltaria ao país se refugiando na representação diplomática do Brasil acompanhado por cerca de 60 pessoas e tudo isso ocorresse sem que o MRE tivesse conhecimento; e que este mesmo líder, considerado legítimo pelo Estado brasileiro, estivesse atuando desde a embaixada e nada acontecesse caso o governo do Brasil discordasse da ação. Quando a situação de retorno ao poder de Zelaya se apresentou como improvável e a eleição de Lopez se constitui definitiva, o Brasil estabelece um prazo para a saída da embaixada. Concomitantemente, o silêncio sobre a estratégia de inserção internacional brasileira acaba por facultar a outras partes envolvidas (EUA, Chávez ou outro ator) a inspiração pelos movimentos da PEB. O Itamaraty parece, por vezes, apenas executor e não formulador da diplomacia. Concatenado a essa questão, afirma-se que a política externa brasileira era, no passado, superior. Como não se demarca o período de uma “diplomacia profissional de padrão mundial”, depreende-se que esta época de ouro é relativa a todo o íterim anterior à administração 2003-2010.

Há um engendramento entre a concepção de uma PEB sem motivador próprio e os problemas institucionais enfrentados pelos hondurenhos. Este amálgama propicia transmutação: ao invés de estar marcando posição pela restauração democrática, o governo brasileiro passa a ser indiciado como um dos fomentadores da crise política – que estaria a ser solucionada justamente pela atuação dos golpistas. A mobi-



lização dos estereótipos serve à desqualificação de qualquer ação: instituindo Honduras como um espaço sem importância, só a “ideologia” explicaria o interesse do Itamaraty em restabelecer Zelaya. A ideia é aprofundada ao se afirmar que quase todo o comércio da nação centro-americana é realizado com os EUA – que, neste encadeamento, possuiria preponderância e competência para solucionar os problemas. Apresenta-se uma justificativa de hegemonia baseada no poderio econômico como algo natural, evidente em si mesmo. Na relação entre economia e política, esta é fragilizada, pois sua dinâmica se torna resultante das determinações das estruturas relacionadas ao mercado global.

Considerações finais

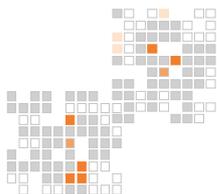
No presente artigo, procurei desenvolver a utilização da noção-conceito de formação discursiva no entremeio entre as perspectivas da Análise de Discurso Francesa e da Análise Crítica de Discurso. Para tanto, foi necessário entender questões relacionadas à conformação estrutural das FDs, expondo a mormente necessidade de compreensão dos contextos a partir dos quais os enunciados jornalísticos adquirem materialidade.

O acionamento das formações discursivas como elemento que possibilita uma transposição entre diferentes panoramas teórico-investigativos justifica-se pela razão mesmo de existência das FDs: forjadas na intersubjetividade, constituem dimensões interpretativas fundamentadas em dimensões ideológicas que

são dadas a ver pelos entrelaçamentos linguístico-discursivos. Desta feita, têm reverberação no espaço social, sendo assim passíveis de complexificação analítica em verve crítica. É na construção de sentidos e seu compartilhamento – um agrupamento de “pequenas verdades” constituintes dos textos noticiosos – que as formações discursivas devem ser entendidas.

Por meio da análise da cobertura noticiosa do portal Veja sobre a crise política em Honduras em 2009, procuro aplicar a metodologia de dimensão mista AC/ACD para o entendimento entrelaçado ao questionamento das estruturas sociais, culturais e históricas que ancoram formas de conhecimento acerca de diferentes países e povos. A sintetização das macroproposições nas notícias serve à desautomatização dos textos, ao passo que permite uma visão mais aclarada para o delineamento das formações discursivas. Por óbvio, a aplicação metodológica ora empreendida é passível de ser desenvolvida em outros objetos teórico-investigativos.

Considerando a AC e a ACD horizontes dessemelhantes ou, analogamente a Maingueneau, variações de uma mesma perspectiva, é primaz considerar que o processo de interpretação do universo discursivo no espaço jornalístico acarreta uma postura questionadora sobre enunciados cuja base comum é o desejo de serem assimilados como “verdade”, não dando espaço para questionamento. Os acordos tácitos envolvidos nas lógicas contratuais, nesta perspectiva, precisam tanto ser desenredados quanto discutidos e, certamente, contestados.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARONAS, Roberto. Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e Foucault. In: BARONAS, Roberto (org). *Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
- BENETTI, Marcia. Análise de Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia (PUCSP)*, v. 15, p. 13-28, 2008.
- _____; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)*, v. 7, p. 123-135, 2010.
- BOMFIM, Ivan. *O global player megalonânico: a visão do Portal Veja sobre a Política Externa do Governo Lula*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- DEL'OLMO, Florisbal. Paradoxo Latino-Americano: por que o governo de Chávez é considerado mais democrático que o de Porfirio Lobo. *Revista InterAção (UFSC)*, v. 1, p. 21-40, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- RICCI, Rudá. Zelaya: um case da nova política diplomática brasileira? *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá: UEM, N° 101, p. 96-100, outubro de 2009.
- SABADINI, Daniele. *As revistas Veja impressa e on-line em perspectiva dialógica: dois universos, dois leitores?* Dissertação de mestrado. Araraquara, 2006.
- TAVARES, Frederico. Revista e identidade editorial: mutações e construções de si e de um mesmo. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- VADELL, Javier. O golpe na democracia de Honduras e o papel do Brasil. *Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*. Belo Horizonte: UFMG, v.1, n.2, p.32-36, out. 2009.
- VAN DIJK, Teun. *Discourse, ideology and Context*. Folia Linguistica, XXXV/1-2, 11-40, 2001.
- _____. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- ZANDWAIS, Ana. Reconfigurando a noção de Formação Discursiva: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto. *LEITURA MACEIÓ*, N.50, P. 41-59, JUL./DEZ. 2012

